



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**CONTROLE INTERNO**

Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-2429 - Cláudia-MT

**PARECER CONTROLE INTERNO**  
**APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**  
**SERVIDOR: LUIZ ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA**

## 1. INTRODUÇÃO

Destaca-se, inicialmente, que o órgão de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 009 de 14 de agosto de 2007 e regulamentado através de Decreto nº 046 no dia 03 de setembro de 2007 do Executivo Municipal e a posterior nomeação do seu membro pela Portaria nº 146 de 25 de fevereiro de 2016.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A):

<b>NOME:</b> LUIZ ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA	<b>PIS/PASEP:</b> ██████████
<b>NOME DA MÃE:</b> ██████████	
<b>NOME DO PAI:</b> ██████████	
<b>ENDEREÇO:</b> ██████████	
<b>CARGO EFETIVO:</b> FISCAL DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO	
<b>ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
<b>DATA DE ADMISSÃO:</b> 01/08/1998	<b>DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO:</b> 01/07/2019
<b>MATRÍCULA Nº:</b> 79	<b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 02/04/1952
<b>RG:</b> ██████████	<b>CPF Nº:</b> ██████████
<b>SEXO:</b> MASCULINO	<b>REGIME:</b> ESTATUTÁRIO

## 3. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL:

ITEM	DOCUMENTO	VERIFICAÇÃO
1	Ofício de encaminhamento;	Constam no processo dos autos devidamente o Ofício nº 222/2019 assinado pelo Diretor Executivo.
2	Requerimento do servidor ou pedido ex officio;	Consta no processo dos autos Requerimento de Benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo art. 12, inciso I da Lei Municipal nº 473/2013.
3	Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);	Constam no processo.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**CONTROLE INTERNO**

Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-2429 - Cláudia-MT

4	Ato concessório, contendo a qualificação civil do servidor (RG e CPF), qualificação funcional, período de tempo de contribuição, fundamentação legal da concessão e assinatura da autoridade competente;	Consta a Portaria de nº 096/2019 de 07/11/2019 dos autos, com devido amparo legal, com efeitos na data de sua publicação.
5	Cópia da publicação do ato concessório, na imprensa oficial;	Consta publicação da Portaria no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, edição de nº 3.353, de 08/11/2019.
6	Histórico funcional atualizado com as designações e dispensas, inclusive com o período de início e término no exercício de cargo e/ou função de confiança, bem como o último enquadramento;	Consta no Processo Certidão de Detalhada do Histórico Funcional do Servidor nº 012/2019, fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Cláudia.
7	Certidão, ou ato de nomeação, ou admissão do servidor, indicando o regime jurídico inicial;	Constam no Processo o Termo de Posse de nº 016/1998 de 01/08/1998.
8	Certidão de contagem de tempo de contribuição emitida pelo órgão ao qual esta vinculada o servidor, devendo constar também o tempo de contribuição averbado, quando houver;	Consta no Processo Certidão de Tempo de Contribuição, emitida de acordo com a Portaria do MPAS de nº 154, de 15/05/2008.
9	Certidão original de tempo de contribuição de outros órgãos previdenciários, inclusive do regime geral de previdência social (INSS), que comprove o tempo averbado, para fins de aposentadoria;	Consta no processo Declaração do servidor que não apresentou Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, para averbação.
10	Planilha de proventos elaborada pela entidade ou órgão concedente;	Consta nos autos e planilha de proventos de acordo com o dispositivo no artigo 6-A da EC nº 41/2003 redações da EC nº 70/2012 as fls. 19.
11	Cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração, indicando a legislação a que se refere;	Consta a última remuneração, estabelecido pelo Lei Complementar nº 067, de 15/04/2019, tabela de referência salarial, que estava em vigor à data da aposentação.
12	Nas concessões de aposentadoria com base no artigo 40, §§ 3º e 17 da constituição federal,	Não é o caso, é aposentadoria por invalidez Art. 14 e Art. 16



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**CONTROLE INTERNO**

Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-2429 - Cláudia-MT

	com redação dada pela emenda constitucional nº 41/03, combinado com o art. 1º da lei 10887/04, deverão ser anexadas todas as fichas financeiras, desde a competência julho/94 ou desde o início da contribuição, se posterior aquela competência, que comprovem as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado;	da Lei 473/2013, com proventos integrais, ou seja, última remuneração.
13	Declaração do servidor dando ciência quanto à redução dos proventos;	Não é o caso.
14	Manifestação jurídica acerca da fundamentação legal e composição dos proventos;	Consta nos autos Parecer Jurídico nº 094/2019/PJUR
15	Declaração de não-acumulação remunerada ilegal de cargo público assinada pelo servidor;	Constam no auto devidamente assinada, datada de 01/07/2019.
16	Declaração assinada pelo órgão de que o servidor não responde a processo disciplinar;	Apresenta nos autos emitidos pela Prefeitura de Cláudia, que o Servidor não responde ou respondeu a processo disciplinar administrativo.
17	No caso de aposentadoria por invalidez, apresentar laudo médico oficial original assinado por junta médica oficial, conforme anexo XLIV, se for o caso;	Apresenta nos autos, laudo médico pericial, documentos referentes à invalidez do servidor.
18	Decisão judicial, quando for o caso;	Não apresenta nos autos nenhuma decisão judicial.
19	Justificativa do não encaminhamento de documentos, conforme anexo XLV.	Consta nos autos, datado e assinado pela Diretora Executiva do PREVI-CLÁUDIA.

Observa-se que o processo atende a instrução normativa nº10/2009 da PREVI-CLÁUDIA – Fundo de Previdência Social dos Servidores de Cláudia - MT, a Lei nº473/2013 e suas alterações para Concessão de Benefício Previdenciários e Manual de Triagem de documentos do TCE/MT de acordo com a Resolução Normativa de nº 001, de 17/02/2009 e suas alterações.

**Da formalização:**

O Processo apresenta-se devidamente identificado, paginado e com sumário, atendendo a organização e formalização dos processos administrativos.

**Do enquadramento:**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**CONTROLE INTERNO**

Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-2429 - Cláudia-MT

O Direito postulado encontra-se amparado legalmente, pelo disposto no Artigo 40, parágrafo 1º, inciso I com redação dada pela EC 41, de 19/12/2003, combinada com o art. 6º-A da Emenda Constitucional 70/2012; Artigo 12, inciso I, Artigo 14 e Artigo 16 da Lei Municipal nº 473/2013 de 24 de abril de 2013 e laudo médico pericial da Junta Médica Oficial do Município de Cláudia.

**Da condição do segurado:**

Apresenta o Termo de Posse nº 016/1998 de 01/08/1998, que estabelece a condição de segurado do PREVI-CLÁUDIA de acordo com os artigos 94 da Lei nº 8213/1991, artigo 130 e 133 do Decreto 3.048 e da Lei Municipal nº 473/2013, de 24/04/2013, certidão de vida funcional da Prefeitura Municipal de Cláudia com todas referências funcionais.

**Da elegibilidade do benefício:**

Foi apresentado o laudo médico, assinado pela Junta Médica Oficial do Município de Cláudia, concedendo aposentadoria por invalidez, acometida da CID: (F 29). O cálculo dos proventos de aposentadoria será calculado com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

**Do tempo de contribuição/serviços:**

INÍCIO	FIM	PERÍODO UTILIZADO	DIAS	REGIME
01/08/1998	07/11/2019	Todo período	7.769	RPPS - PREVICLAUDIA
01/07/1990	14/07/1998	Todo período	2.936	INSS
01/07/1985	02/05/1990	Todo período	1.765	INSS
01/03/1980	28/02/1981	Todo período	365	INSS
01/03/1978	16/10/1978	Todo período	226	INSS

<b>TOTAL</b>	<b>13.061 DIAS</b>
--------------	--------------------

**Da remuneração de contribuição:**

A composição do vencimento (utilizado para cálculo), do mês de outubro 2019 (último), de acordo com a ficha financeira, conforme quadro abaixo:



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**CONTROLE INTERNO**

Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-2429 - Cláudia-MT

<b>Discriminação</b>	
(A) salário-base	1.866,33
(B) Gratificação de Função e Outros	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.866,33</b>

**Do valor do benefício:**

Provento no valor de R\$ 1.866,33 (Um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), de acordo com a planilha de cálculo, com base em valores vigentes a data do ato concessório, tratando-se da última remuneração de contribuição, envolvendo o vencimento base, gratificação de função, estando de acordo com a determinação legal.

**Da conclusão:**

Tendo em vista as análises supracitadas conclui-se que o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia, de forma geral atendeu os requisitos para a concessão do benefício, com fulcro na legislação aplicada à administração pública municipal e ao RPPS.

Salvo o melhor juízo sou pelo parecer favorável a aprovação da instrução processual nos moldes apresentados.

Cláudia – MT, 13 de novembro de 2019.

**ORIGINAL ASSINADO**  
**EDUARDO FONTANA**  
**CONTROLADOR INTERNO**

PORTARIA 146/2016